



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

PÁGINAS NARRADAS E HISTÓRIA: A TREPIDANTE (RE) DEMOCRATIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE ANOS-ACONTECIMENTO

Tâmyta Rosa Fávero*

1

Busca-se neste trabalho, o qual faz parte de uma pesquisa mais ampla pertencente a um projeto de pesquisa de mestrado, entrelaçar fios e desatar alguns nós a partir da imprensa regional acerca dos processos eleitorais que permearam as décadas de 1970 e 1980, casando-os com as dinâmicas políticas, partidárias e eleitorais que se movimentavam no país, para entender as especificidades de uma “nova velha Lages”, cidade conhecida por ser reduto de tradicionais líderes da política estadual catarinense. Apesar de considerarem-se os processos eleitorais, quase que naturalmente marcos históricos pela produção de narrativas sobre eles, nem sempre eles representam mudanças cujas etapas são claras e distintas. Entendo aqui, que os anos eleitorais acabam sendo naturalizados como anos-acontecimentos, cuja evolução dos dias vai sendo contado a partir de escritos diversos que desenham o cotidiano político.

* A autora atualmente é mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC com concentração em História do Tempo Presente, fazendo parte da linha de pesquisa de Culturas Políticas e Sociabilidades, sob a orientação do Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn. Conta com o auxílio financeiro da CAPES.

Contudo, a referência a estes momentos como históricos na construção narrativa do jornal é constante já no momento em que estão acontecendo. História, passado, presente e futuro são palavras que fazem parte da linguagem jornalística narradora de tal cotidiano não por poucas vezes. No entanto, mesmo na relação de dependência e intimidade entre o tempo e o historiador, este apenas traceja as linhas de temporalidades. Não as reescreve em um traço finito, visto que o passado vivido, experimentado, sentido, é testemunhado pelo historiador já desgastado, corroído pela própria ação humana. As narrativas históricas, por sua vez, evidenciam as percepções de tempo e as disputas pelas memórias. Para Paul Ricouer “a problemática última tanto da identidade estrutural da função narrativa como da exigência de verdade de toda obra narrativa é o caráter temporal da experiência humana. O mundo exposto por toda a obra narrativa é sempre um mundo temporal” (2010, p.9). Ricouer defende que a narrativa é que torna acessível a experiência humana do tempo e o tempo só se torna humano através da narrativa, ao articular as reflexões de Santo Agostinho sobre o tempo no Livro XI das Confissões, sobretudo as aporéticas sobre sua essência. O autor interpela a tripla mimesis as quais juntas formam então o campo hermenêutico, constituindo-as em uma prefiguração (pré-narratividade), que leva à figuração (correspondendo à configuração representativa da ação, a intriga) e à refiguração (que seria a interpretação do leitor). A mimesis III permite então que a narrativa se manifeste na vida prática do leitor. A linguagem interpelada pela tríplice mimética revela e cria o real. Que por sua vez tem sua relação com o sujeito sempre mediatizada por “configurações” e “refigurações”. É nessa mediação que as narrativas produzem um conhecimento do mundo e, ao mesmo tempo, participam de sua configuração, em particular de sua dimensão temporal.

Partindo das constatações acima, salienta-se que através de suas narrativas, os *mass media* são produtores de marcos históricos representativos e divulgadores de informações. Mas para, além disso, formadores de opinião pública. Segundo Sonia Maria Meneses Silva (2011) a mídia é capaz de instaurar uma nova ordenação cognitiva, ressaltando também que os meios de comunicação atingiram irremediavelmente as sensibilidades de temporalização. Há que se considerar a relação intempestiva e cara ao historiador entre algo que aconteceu e o que é dito a respeito desse acontecimento, ou seja, o que é noticiado. Ainda segundo Sônia Meneses Silva,

existe uma operação midiográfica que seria causadora da formulação de um sentido histórico a partir dos meios de comunicação. A autora destaca o cruzamento entre a escritura, “compreendida como a construção narrativa em imagens, textos e sons – compõe significados sobre os eventos e ocorrências cotidianas, re-textualizando o vivido e oferecendo-o através dos veículos de mediação” (p.32.), e a inscrição de novos significados, *locus* onde “o produto se torna resíduo, rastro de informação que transpõe a temporalidade na qual foi elaborado”. O vai e vem presente – passado e os usos políticos da memória encontrados na imprensa permitem a observância deste cruzamento. O passado penetra no presente e desaba a contrapelo na sociedade contemporânea ao ocupar a parte superior da clepsidra, sendo que ao penetrar no presente ele se confunde com a reconstrução que se faz dele (REIS, 1996). Passado, presente e futuro se confundem no jogo de notícias produzido pelo jornal. Todavia, coexistem em uma mesma informação, em um mesmo fato, e por assim dizer, produzem certo sentido temporal. Juntos são a própria clepsidra. A matéria jornalística por vezes reescreve um acontecimento passado sempre de uma forma diferente no presente, o significado do acontecimento noticiado é sempre diferente cada vez que é novamente interpelado.

Reverendo seu papel, identifica-se que a produção do acontecimento gerado pela imprensa e a narrativa histórica produzida pelo jornal é criada a partir de seu próprio interesse. A informação torna-se uma mercadoria vendida pelo jornal. O ano eleitoral, próprio de ter maior concentração de conchavos e expectativas diversas, apresenta-se como uma galinha de ovos de ouro para o mercado midiático.

Para Sonia Meneses Silva existe uma

diferença fundamental entre evento ocorrido e evento significado, sobretudo, quando consideramos que os elementos de significação são a própria condição de existência e permanência de qualquer evento no tempo, o que leva a compreendê-los como ocorrências sociais, linguísticas, políticas e ideológicas (p.48).

Objeto de reflexão para a historiografia, podemos entender que a construção de percepções sociais sofre influência da mídia e não por poucas vezes é fruto da própria reflexão midiática sobre acontecimentos diversos. Os significados das experiências contemporâneas são instituídos a partir de uma narrativa. Contudo, existe uma

associação bastante rica entre produção de acontecimentos, a produção de memória e a História. Para o historiador do tempo presente preocupado com a propagação de símbolos, valores e representações, tem no espaço jornalístico olhar favorável para análise da transição do regime autoritário para a redemocratização política. O espaço de comunicação constrói-se então como palco da luta democrática do país, e alguns signos manifestam-se nas páginas do jornal com o intuito de naturalizar a imagem de liberdade e democracia, forjada como intrínseca ao *ethos* jornalístico (BIROLI, 2009). Porém, não se trata, segundo Cruz & Peixoto (2007), de numa perspectiva linear, pensar a história da imprensa como um longo percurso em direção a um tempo mais democrático e, portanto, a uma gradativa e inexorável ampliação da esfera pública, pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura (p.257). Nos dizeres das mesmas autoras, “não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p.257-258).

Salienta-se ainda para “a tirania do último informe, contribuindo poderosamente para que o importante de hoje esteja esquecido na edição da noite ou, no máximo, na de manhã” (MARTINS, LUCA, p.131). É nesse ponto que se encontra o abismo entre a produção historiográfica e a produção jornalística. É desse descarte que o historiador consegue dar o laço a mais. O documento interpelado pelo historiador, e no caso da problemática deste trabalho, a imprensa jornalística, deve ser tratado como um instrumento de representações, já que ele não ilustra a verdade nem o real. Elias Thomé Saliba dá saliência às contribuições de Michel de Certeau, Georges Duby e Jacques Le Goff (p.318) ao dinamizar os pontos de vista do historiador, a construção do documento, os jogos de poder e suas atribuições. Os entraves do historiador não são unicamente atrelados à veracidade dos documentos de análise, mas sim para os diversos atributos indissociáveis entre construção do documento, memória e prática historiográfica. Devem-se admitir os múltiplos aspectos de um mesmo documento, a possibilidade de diversas leituras de uma única fonte já que o “leitor” o transforma, além de admitir a inexistência de solidez das mesmas. O passado é reconhecido como uma invenção por Durval Muniz Albuquerque Jr., todavia, “o conhecimento histórico é perspectivista” sendo que o historiador “não pode escamotear o lugar histórico e social

de onde fala” (2007, p.61). Nas palavras de Jacques Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (1990, p. 545). Os arranjos, combinações, organizações e classificações de notícias são operações com pretensões específicas, e são contagiadas por uma série de fatores políticos, sociais e culturais.

O ANO-ACONTECIMENTO 1984: PASSADO E FUTURO PRESENTES

O trepidante ano de 1984 realça as inquietações de um país que passava por uma crise política e econômica. Deflagra-se já em 1983 e intensificam-se em 1984 uma série de campanhas por todo o país a favor do reestabelecimento de eleições diretas. Símbolos do descontentamento generalizado da população com relação ao regime ditatorial e seus cerceamentos, as campanhas desaguaram em pressão da opinião pública com relação às bases de sustentação do Estado. Originadas a partir da apresentação, por parte do deputado mato-grossense Dante de Oliveira, de proposta de emenda constitucional que restituiria as eleições diretas também para presidente já nas próximas eleições. As oposições ao regime militar já haviam saído fortalecidas das eleições de 1982. Sendo elas as primeiras em que os eleitores votavam em governorias deram à oposição o controle dos principais estados da federação. Além de juntos, os partidos de oposição somaram 244 deputados contra 235 do PDS, que representando os interesses da antiga ARENA, não conseguia marcar o passo para defender os interesses internos que convergiam.¹

A imprensa, por sua vez, alimenta o movimento pró-diretas e é legítima protagonista deste ano de transformações. De acordo com Tânia de Luca e Ana Luiza Martins, a indústria da mídia, fortalecida, figura quase como um “novo poder quando, mais do que nunca, sua fiscalização se mostra imperiosa, sobretudo num país com expressiva população de baixa escolaridade e até bem pouco, sem canais de exercício de cidadania” (MARTINS, LUCA, p.137). Mesmo com a reprovação da emenda, permanece em ação uma série de mobilizações a favor da vitória, mesmo que

¹ No entanto, no dia 25 de abril de 1984 a proposta de emenda não é aprovada. Seria necessário mais de 2/3 de aprovação dos deputados. 298 deputados votaram a favor, 65 contra e 3 se abstiveram; 112 deputados não compareceram ao plenário. Para que fosse aprovada, eram necessários pelo menos 320 votos a favor.

indiretamente, na eleição presidencial via Colégio Eleitoral que aconteceria no início de 1985 do seu principal líder, Tancredo Neves.

Os movimentos institucionais revelam alguns dos caminhos das águas turvas que fazem parte da história eleitoral do país, entretanto eles não revelam os reflexos, mesmo que distorcidos, dessas águas. É de muito tempo que o historiador está a par da importância das datas para a narrativa histórica. Afinal elas demarcam a consolidação de leis, a declaração de direitos, a proclamação de regimes e a destituição de governos. Contudo estas datas e o que às faz serem reconhecidas como pontos chave por narrativas diversas não explicam sozinhas as ondulações desse mar de experiências e expectativas que fazem parte das dinâmicas sociais no Brasil da segunda metade do século XX.

Entendendo a importância do ano-acontecimento 1984 como símbolo nacional de mobilização de amplos setores em torno dos novos contornos democrático-eleitorais, compreendido aqui como produto e produtor enérgico da crise da abertura e da posterior (re) democratização, deve-se frisar que há uma série de elementos iniciados anteriormente que tornaram este um ano-símbolo de participação popular em prol de causas comuns incitadas desde meados da década de 1970. A narrativa da mídia em torno dos valores democráticos é entendida aqui como protagonista na abertura de caminhos que deságuam em mudanças político-institucionais. Além do que, este mesmo ano acaba sendo palco para uma “releitura” do golpe civil-militar de 1964, em decorrência de seus vinte anos, e ao narrar o acontecimento o jornal usa de uma representação própria, atribuindo certos sentidos e silenciando outros. Há uma dimensão entre silenciamento, esquecimento e a construção de uma memória histórica observadas neste trabalho a partir da imprensa regional que indicam as escolhas do *Correio Lageano* diante dos impasses que borbulhavam nas cidades de todo o país. A problemática aponta em perceber as atribuições dadas à redemocratização na imprensa de Lages, e seus resvalos acerca da memória que estava sendo construída. Tal releitura do golpe é usada tanto negativa quanto positivamente nas páginas do *Correio Lageano*. Algumas vezes na mesma página, inclusive. Aproveita-se o gancho para atentar para os paradoxos que o *Correio Lageano* apresenta em seus textos. Hora enaltecendo a ainda chamada por alguns, revolução; hora desprezando-a. Não há dúvida que se tem um ano

de crise. Releva-se neste momento estratégias para um confronto em torno do conceito de democracia e das transformações no campo político, “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento (...) (BORDIEU, p.164).

O *Correio Lageano*, semanas antes da votação no colégio eleitoral informava os movimentos em Lages pelas eleições diretas. Relatava o encontro preliminar promovido pela OAB e a montagem oficial de um comitê pelas diretas, com a presença do prefeito Paulo Duarte, do vice João Cardoso, dos partidos: PMDB, PDT, PDS, E PT, e de segmentos da sociedade. Ficou decidida também a concentração lageana pelas *diretas-já*, que aconteceria em espaço aberto, sugerida por líderes políticos presentes como Juarez Furtado, Dirceu Carneiro, Paulo Duarte e Francisco Küster². Nota-se a adesão dos partidos lageanos a favor das diretas e a aliança formada para que fosse possível reunir forças entre as lideranças.

Estas mesmas lideranças que dias após a derrota da emenda estavam juntos novamente para “espedir um documento de repúdio aos parlamentares catarinenses que não votaram a favor da emenda das diretas ou não compareceram à sessão”. Segundo o jornal para que não se apagasse da mente dos eleitores o nome de deputados que votaram contra ou não compareceram. “Uma cobrança nas urnas e em frente aos palanques de campanha deverá ser pregada na população, mantendo-se em evidência os nomes dos ‘traidores do povo’, como estão sendo chamados tais parlamentares”.³ Quanto a estes consentimentos ao jogo político, presenciavam-se laços de “solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (obsequium) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem”, o mesmo investimento no jogo de que precisam para “assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal”. (BORDIEU, p173)

Porém, paradoxalmente, no mesmo dia 29 de abril, onde o jornal desejava manter em evidência os nomes dos “traidores do povo”, falava-se no jornal, uma página

² Correio Lageano. Lages, 13/04/1984.

³ Correio Lageano. Lages, 29/04/1984.

adiante, acerca do momento em que o Brasil atravessava, o qual “não pode ser qualificado como um simples episódio político a resolver-se com a realização de uma eleição seja ela qual for. Querem reformar um edifício que mesmo antes de construído já tem seus alicerces deteriorados”. O mesmo texto publicado pelo jornal culpa a anistia irrestrita e a crise econômica para o então atual estado do país, dando ênfase à existência de “antirrevolucionários” e de um “anticapitalismo socializante”. Os problemas do país só seriam resolvidos com a “retomada do desenvolvimento e da produtividade, estas que somente se consegue com tranquilidade e segurança, coisa que a infeliz e inoportuna abertura está a nos furtar”. (...) e refutava o retorno aos ditames de uma democracia eleitoral dizendo que “nesse estado de calamidade generalizada em que nos encontramos só o Estado de exceção pode ser eficiente. Tudo o que fugir desse raciocínio lógico redundará em efêmeras fantasias favoráveis somente aos soviéticos”. (...) é imprescindível que a revolução se reimplante apenas com suas virtudes. E tal propósito só pode se realizar com a interferência das Forças Armadas”. Em outro momento que “todos vêm, sentem, usufruem, mas não vislumbram a fabulosa infraestrutura que foi montada ao longo desses últimos vinte anos, visando a uma arrancada desenvolvimentista sem precedentes na história do Brasil e quiçá do mundo”.⁴

Mas já desqualificava, um mês antes da votação da emenda, as personagens políticas que permaneciam ensejando as campanhas pró-diretas, dizendo que

(...) ao invés dos políticos oposicionistas descerem dos palanques e assumirem suas funções com responsabilidade, exercendo com capacidade e probidade a tarefa governista que lhes foi delegado pelas urnas, exigindo do PDS e do governo federal o restabelecimento da moralidade política e administrativa em âmbito nacional, diante de tantos e tão graves escândalos constantemente denunciados pela imprensa, preferem se refugiar nas atitudes patéticas de políticos empoleirados em palanques a defender soluções estereis como se sem elas os nossos problemas nunca se resolvessem.⁵

Tradução do descompasso de um momento de crise percebe-se então que ainda há espaço no jornal para os apoiadores do regime, ligando a campanha a favor da possibilidade de voto direto com o socialismo e causadora da falta de ordem, da crise e da insegurança no país. É uma fonte que funciona em ritmo de conta-gotas, com poucos

⁴ Correio Lageano. Lages, 20/12/1984. Texto assinado por Átila de Moraes.

⁵ Correio Lageano. Lages, 20/03/1984. Texto assinado por Giono Serreti.

adendos, porém estes pontos de vista ainda são presentes. Sendo que, por mais que haja um posicionamento a favor de processos eleitorais e contra o regime anterior na maior parte dos exemplares, o jornal não nega a publicação de vozes destoantes da perspectiva de redemocratização. Além do que, não é feita nenhuma menção à censura, às torturas, aos exílios, e a todas as outras arbitrariedades do regime, demonstrando uma postura de silêncio do jornal, pelo menos no que se refere ao ano de 1984 e a memória histórica forjada pelo jornal é construída em torno de personagens e partidos políticos, sem dar vazão às disputas de todas as outras ordens. Desde meados da década de 1970, já haviam sido abertos pequenos espaços para discussões acerca da democracia, liberdade e direitos humanos, questões essas que haviam sido fortemente limitadas durante os anos anteriores. Todavia não se abandona instantaneamente as percepções positivas acerca da ditadura civil-militar, permanecendo parte da construção da memória política forjada pelo Correio Lageano. Ao passo que ela por vezes silenciava as arbitrariedades do regime ditatorial mesmo diante da redemocratização, não dando voz entonada aos conflitos que regeram o espaço político e social do país nos anos anteriores.

9

Edgar de Decca (2004), ao trabalhar com a memória histórica construída a partir da revolução de 1930, diz que a memória histórica periodiza a história e define o lugar onde ela deve ser lida (p.73), ela escolhe o que deve ser exorcizado e pesa sobre as narrativas que serão articuladas acerca desse campo simbólico construído. Carlos Alberto Vesentini (1997), também operando acerca da memória histórica e com a hegemonia de memórias específicas, num mundo onde se deseja que nada seja esquecido, questiona-se: e o que fica de fora? Para o autor, “desaparecem momento e agentes. O significado de outros instantes, a cristalizarem-se de outra forma, e o lugar onde propostas foram efetivamente jogadas perde a nitidez. E não conseguem integrar-se na memória, nessa memória” (p.138)

Jörn Rüsen salienta que “as mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado” sendo ainda que a “narrativa histórica torna presente um passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro (2010, p.64). O jornal usa da própria História e do passado, para interrogar-se

sobre o presente e o futuro, buscando interpretar as mudanças pelas quais o país experimentava.

Ainda no sentido da permanência de memórias, segundo Enzo Traverso (2007), o passado é constantemente reelaborado segundo as sensibilidades éticas, culturais e políticas do presente e ainda o retorno ao passado se transforma em memória coletiva. Salientando ainda que a construção de memória ligada às conveniências políticas do presente. É sobre os vértices da memória e da História onde Traverso afirma que a memória tem sempre a sua verdade, jamais é fixa e está em transformação permanente. Ela desaparece e reaparece muito mais tarde de forma distinta. A memória está sempre constituída de conhecimentos posteriormente adquiridos e por outras experiências. As verdades da memória entretanto são filtradas por sensibilidades, culturas, a representação identitária e ideológica (TRAVERSO, 2007, p.74).

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado (FERREIRA, 2000, p.7).

No mesmo texto do *Correio Lageano* citado em outro momento que desqualificava os políticos que permaneciam nos palanques, fazia uso das temporalidades em favor de um futuro que necessitava de prudência e cautela, já que “neste momento, é importante, antes que este país se desmorone de vez, a recuperação de um padrão de moralidade pública. Que toda a classe política tome consciência de que existe futuro e não apenas presente”. E continuava afirmando “que não bastam apenas os ganhos e os votos de hoje, mas são necessárias soluções que garantam a sobrevivência moral da nação”.⁶

Já meses após a votação no Colégio Eleitoral, continuava a serem emitidos textos que confrontassem passado – presente – futuro.

Este, o momento que atravessamos, talvez seja aquele minuto que a História ainda nos pretender conceber, na forja onde está sendo

⁶ Correio Lageano. Lages, 20/03/1984. Texto assinado por Giono Serreti.

moldado o caráter brasileiro. (...) quem sabe porém, não devemos dar razão a Nietzsche, quando afirma que “o futuro há de pertencer aos povos sem caráter?”⁷

Dando ênfase à História, estaria “em nossas mãos decidir o que queremos ser no palco da História: um povo desfibrado, que sujeita a todas as **empulhações políticas** [grifos do autor] e econômicas (...) ou um povo que sente no seu íntimo a voz dos que fazem e conduzem a História”. Fala-se no mesmo artigo de opinião que “o povo estaria emergindo de uma catalepsia aterradora”, estava sendo presenciado “o surgimento de homens que capazes de se afirmar, com independência e autenticidade, por idéias renovadoras que deverão conduzir gestos inovadores, emergindo eles tanto na situação como na oposição”.⁸ As grandes concentrações, que o Brasil assistiu, nos trouxeram

a lembrança as grandes marchas que antecederam e inspiraram a descida das tropas sob o comendo de Mourão Filho, em 1964. Vinte anos depois estamos sentindo que o povo brasileiro retomou o seu poder de sonhar novamente, e partir para uma nova tentativa. (...) na areia movediça do Brasil de 1984 (...) talvez esteja a sementeira de onde surgirão os renovadores, que poderão – assim o querendo – construir a sociedade que todos os brasileiros almejamos, transformando a miragem do sonho numa paisagem concreta, e realizando assim, os ideias do que os pretendiam bem diferente do que hoje ela nos apresenta.⁹

Ao adentrar nas páginas dos jornais, é possível perceber o afervescer de emoções acerca do antes e do que pode vir depois de 1984 após uma série de movimentos populares e da entrada de novos atores em cena, mesmo com a recusa da emenda Dante Oliveira. É deste constante uso de um passado presente e de um futuro presente que se permite confirmar que mais largamente ainda, a história dos acontecimentos deve ser levada em conta de forma permanente (ROSAVALLON, p.17). Sendo 1984 um ano bastante simbólico devido os vinte anos do golpe e devido à campanha a favor das *Diretas Já*, este ano permite através da imprensa, que as redes políticas, as coalizões partidárias, os usos políticos do passado, as mobilizações de memórias de lideranças e o silenciamento de outras, sejam evidenciados. Além do que, estratégias em torno de demandas específicas, e aspectos das culturas políticas que se

⁷ Correio Lageano. Lages, 15/05/1984. Texto assinado por Gumercindo Dorea Rocha.

⁸ Correio Lageano. Lages, 15/05/1984. Texto assinado por Gumercindo Dorea Rocha.

⁹ Correio Lageano. Lages, 15/05/1984. Texto assinado por Gumercindo Dorea Rocha.

chocam e se ressignificam ganham contornos mais explícitos. Para tanto a imprensa é um veículo privilegiado para o estudo desses movimentos políticos.

Reinhardt Koselleck estabelece relações entre o tempo histórico, crítica e crise, onde segundo o autor, “a crise política (que uma vez deflagrada, exige uma decisão) e as respectivas filosofias da história (em cujo nome tenta-se antecipar esta decisão, influenciá-la, orientá-la ou, em caso de catástrofe, evita-la) formam um único fenômeno histórico (...)” (1999, p.9). Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada –, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico (KOSELLECK, 1999, p.111). Diante das premissas das mudanças políticas da década de 1980 no Brasil, pode-se pensar que a imprensa permeia a crítica, e se vê capaz de julgar moralmente a crise estabelecida pelas incertezas políticas. Entretanto, a crise e a crítica caminham entrelaçadas, uma fazendo parte da outra. A imprensa é atriz e autora da própria crise do regime militar.

A reflexão acerca da veiculação de memórias a partir dos recursos midiáticos associados aos acontecimentos tem rendido bons frutos para a História do Tempo Presente. Abre-se espaço para a reflexão acerca da importância da imprensa relacionada aos pilares da historiografia do tempo presente ao pensar as mudanças políticas do país. A interpretação empreendida pelos autores aqui mobilizados pôde condicionar algumas reflexões diante da problemática que os aproxima. Porém, as lacunas neste campo ainda são bastante visíveis e devem ser repensadas, visando ampliar as perspectivas históricas das culturas políticas presentes no Brasil contemporâneo, a partir de suportes analíticos disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984 – 2004**. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.25, nº41: p.269 – 291, jan/jun 2009.

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre História e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007
- DECA, Edgar Salvadori de. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1>
Acesso em: Julho de 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise** – uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Quem lê tanta notícia? Imprensa, mídia e sociedade no Brasil. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Orgs.) **Leituras do Passado**. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- REIS, José Carlos. **O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”**: uma articulação possível. Síntese Nova Fase. V.23. n.23. 1996. 229-252.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político**. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n30, pp.9-22. 1995.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2010.
- SALIBA, Elias Thomé. **Aventuras modernas e desventuras pós-modernas**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. De LUCA, Tania Regina (Orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, Sonia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2011.
- TRAVERSO, Enzo. Historia e memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **Historia reciente**: perspectivas y desafios para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Editora HUCITEC, História Social, USP, 1997.